



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2022

Vol. 19 Ano 19 n° 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971

10.35355/revistafenix.v19i1.1019

OS ESTUDOS CULTURAIS NA PERSPECTIVA PÓS-COLONIALISTA E INTERCULTURALISTA

CULTURAL STUDIES FROM THE POST-COLONIALIST PERSPECTIVE AND INTERCULTURALIST

Aline Bazzarella Merçon *

Universidade de Aveiro - UA

<https://orcid.org/0000-0002-4959-5741>

alinebmercon@hotmail.com

Kleber José dos Santos **

Universidade de Aveiro - UA

klaaskleberteatro@gmail.com

RESUMO: Nas últimas décadas os Estudos Culturais (EC) transformaram-se num fenómeno de repercussão internacional, consolidando-se como um importante campo teórico e de investigação. O presente artigo tem como propósito esboçar, de modo breve, o contexto histórico e social de origem e constituição dos Estudos Culturais, até os temas e tópicos de que se tem ocupado nos tempos atuais. Reveste-se de um interesse sobretudo didático, podendo ser aplicado como leitura de enquadramento e aprofundamento aos Estudos Culturais. Na primeira parte do texto apresenta-se os seus antecedentes, na segunda e terceira parte, uma incursão breve e delineada dos novos contornos e desdobramentos que este campo de estudos vem assumindo atualmente, como o pós-colonialismo e a interculturalidade, voltados para os diversos paradigmas epistemológicos e metodológicos, que têm como instrumento de análise as relações de poder e os efeitos homogeneizantes da globalização contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais; interdisciplinaridade; pós-colonialismo; interculturalidade.

ABSTRACT: In the last decades, Cultural Studies (EC) has become a phenomenon of international repercussion, being consolidated as an important theoretical and research field. The present manuscript aims to briefly outline the historical and social context of the origin and formation of Cultural Studies, until the

* Doutora em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro, com apoio financeiro da CAPES; Pós-graduação em Arte-terapia no Instituto Criap; Formadora em Educação Intercultural e para a Cidadania na Universidade do Minho; Mestre em Ciências da Educação especialização em Formação Pessoal e Social na Universidade de Aveiro; Pós-graduação em Educação Inclusiva na Faculdade de Ciências aplicadas Sagrado Coração de Linhares.

** Doutor em Estudos Culturais com especialização em Hermenêuticas Culturais, Universidade de Aveiro (UA) e Minho (UMINHO). Mestre em Teatro/Artes Performativas pela Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa (ESTC).

themes and topics of concern in the present time. It has an special didactic interest, being able to be applied as a standard reading and deepening of Cultural Studies. In the first part of the manuscript we introduce the state-of-the-art, in the second and third parts we present a brief introduction of the new contours and developments that it has gained in field of studies nowadays, such as post-colonialism and interculturality, focused on various epistemological and methodological paradigms, which have as an instrument of analysis the domination relations and the hegemony effects of contemporary globalization.

KEYWORDS: Cultural studies; interdisciplinarity; post-colonialism; interculturality.

INTRODUÇÃO

Os Estudos Culturais (EC) são uma tradição epistemológica das Ciências Humanas e Sociais, que desde as décadas de 60 e 70 do último século, na Inglaterra, transferiu a reflexão sobre a cultura - centrada na relação cultura/nação e no privilégio dado ao ensino da Sociologia, da Literatura, da História e das Línguas - para uma aproximação com os modos de vida dos grupos sociais, concentrando-se na análise da cultura como forma global de vida ou como experiência vivida de um grupo social. De acordo com Baptista (2009), “os Estudos Culturais têm funcionado como agente e sintoma na reconfiguração da estrutura disciplinar, quer das Humanidades quer das Ciências Sociais, num processo que ainda hoje está em curso e se encontra longe de estar terminado” (p. 452). Sua história está marcada, efetivamente, pela contestação dos limites socialmente construídos nas mais diversas realidades humanas, se distinguindo das demais áreas, enquanto disciplina acadêmica, pelo seu envolvimento na vida política e social.

Do ponto de vista histórico os Estudos Culturais vão surgir, de forma organizada e institucionalizada, em 1964, quando Richard Hoggart (professor de Literatura Moderna de Língua Inglesa) funda o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), constituído como um centro de pós-graduação ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham, diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária britânica do pós-guerra.

As primeiras manifestações dos Estudos Culturais se deram na segunda metade dos anos 50 do século XX (marco inicial para essa área de estudos), especialmente em torno dos trabalhos de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, preocupados com a questão da cultura na sociedade estratificada em classes da Inglaterra, marcada pelo fim da segunda guerra mundial. Estes três autores, apontados como os fundadores dos *Cultural Studies*, ainda que não tivessem uma intervenção coordenada entre si, “revelam um leque comum de preocupações que abrangem as relações entre cultura, história e sociedade” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 31).

Os textos produzidos pelos três autores supracitados são: *The Uses of Literacy* - Hoggart, 1957; *Culture and Society* - Williams, 1958; e *The Making of the English Working-class* - Thompson, 1963.

Segundo Escosteguy (2010), o primeiro texto é em parte autobiográfico e em parte história cultural dos meados do século XX¹. O segundo texto constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com o pensamento de que a cultura, comum ou ordinária, pode ser percebida como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das artes. Já o terceiro texto, refaz uma parte da história da sociedade britânica de um ponto de vista particular, a história “dos de baixo”. “Nele, o historiador vai argumentar que a identidade da classe operária vai ter sempre um componente político e conflitual, independente de valores e interesses culturais particulares” (PRYSTHON, 2003, p. 135). Estes três textos, identificados como a base dos *Cultural Studies*, apesar de não estarem centrados em torno dos mesmos propósitos e de não apresentarem uniformidade em suas perspectivas de problematização, estão unidos por uma abordagem cuja preocupação recai sobre a importância de se analisar a produção cultural de uma sociedade, com ênfase no seu significado político, para se entender os padrões de comportamento e as ideias compartilhadas pelos indivíduos que nela vivem (COSTA *et al.*, 2003).

Um quarto membro, não menos importante, do início da configuração deste campo de estudos, foi Stuart Hall, que apesar de não ser citado entre os três autores fundadores dos *Cultural Studies* também teve uma participação unanimemente reconhecida na sua constituição, com uma abundante produção de artigos que compõem parte da maioria das coletâneas mais importantes sobre os Estudos Culturais. Stuart Hall surge como principal figura de uma abordagem mais estruturalista do campo dos EC, que coloca em foco o exame atento de práticas significantes e processos discursivos². Avalia-se que, ao substituir Richard Hoggart na direção do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), de 1968 a 1979, Stuart Hall incentivou o desenvolvimento de investigações de práticas de resistência de subculturas e análises dos meios massivos, tornando-se um dinamizador de

¹ O trabalho inaugural dos EC é o trabalho de Richard Hoggart, intitulado “The Uses of Literacy”. Conforme o prefácio, Hoggart pretendia romper com o positivismo científico da objetividade sociológica e concentrar-se na “subjetividade”, no sentido de examinar a cultura em relação a vidas individuais (HOLLANDA, 1996).

² Evidentemente as duas tendências se entrecruzam permanentemente (esse entrecruzamento sendo, aliás, a característica mais seminal dos EC) e seria impreciso separar tão radicalmente duas trincheiras, uma culturalista (com ênfase nas formas de vida, ou “estruturas de sentimento”, como diria Williams) e outra estruturalista (PRYSTHON, 2003, p. 136).

inumeráveis projetos coletivos. Mais a mais, Hall também destravou inúmeros debates teórico-políticos, desempenhando a função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas.

PRINCIPAIS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO NOS ESTUDOS CULTURAIS

Como vimos na introdução, o impulso inicial do *Centre for Contemporary Cultural Studies* partiu de um questionamento da compreensão de cultura, identificada, exclusiva e restritamente, com as chamadas “grandes obras” da literatura e das artes em geral. Nos seus estudos Escosteguy (2010) aponta que é possível identificarmos duas grandes reorientações na análise cultural proposta pelo Centro: a primeira reporta a um amplo espectro de práticas e significados que constituem e movem a vida social, ou seja, aquilo que era considerado “sério” na área das artes, da música e da literatura passa a ser percebido apenas como “uma” expressão da cultura; a segunda mudança reporta ao alargamento do conceito de cultura, incluindo práticas da vida cotidiana, onde todas as expressões culturais passam a ser vistas de acordo com o contexto social das instituições, das relações de poder e da história. Deste modo, a cultura deixa, gradativamente, de ser domínio da erudição e privilégio de um grupo limitado de pessoas e passa a contemplar, também, o gosto das multidões.

Em contraste com a tradição literária britânica, a cultura deveria ser entendida como o modo de vida global de uma sociedade, como a experiência vivida de qualquer agrupamento humano. Nessa visão, não há nenhuma diferença qualitativa entre, de um lado, as “grandes obras” da literatura e, de outro, as variadas formas pelas quais qualquer grupo humano resolve suas necessidades de sobrevivência. (SILVA, 2011, p. 131)

A partir do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, uma variedade de jovens teóricos começam a analisar as funções políticas da cultura e a demonstrar interesse, de modo mais sistemático, pela “cultura popular”, isto é, pelas manifestações da cultura de massa, como por exemplo: livros populares, rádio, televisão, mídia em geral, etc. O termo cultura converte-se, então, de um conceito impregnado de estilismo, hierarquia³ e categorias

³ *Alta cultura e cultura de massa, cultura burguesa e cultura operária, cultura erudita e cultura popular*: o primeiro termo corresponderia à cultura entendida como a máxima expressão do espírito humano; e o segundo, como as culturas adjetivadas e singulares, como a expressão de manifestações supostamente menores e sem importância no cenário elitista. “É, então, a essa concepção elitista – em que cultura é um certo ‘estado cultivado do espírito’, que estaria em oposição ‘à exterioridade da civilização’ – que os EC vão se contrapor” (COSTA *et al.* 2003, p. 38).

separatistas para um outro eixo de significados, incorporando novas e diferentes possibilidades de sentidos, mais cambiantes e versáteis. Deste modo, a cultura deixa de ser percebida, simplesmente, como um padrão estético estilizado, como um domínio da erudição da tradição literária e artística, como acumulação de saberes ou processo intelectual, passando a ser estudada e compreendida como forma global de vida, como um campo de produção de significados, como definição da identidade social, tendo-se em conta a enorme expansão de tudo o que está associado a ela, isto é, ao papel constitutivo que ela assume em todos os aspectos da vida social dos diferentes grupos.

No que concerne aos Estudos Culturais, devem ser percebidos tanto do ponto de vista político como também teórico. “Do ponto de vista político, é sinônimo de ‘correção política’, podendo ser identificado como a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento. Da perspectiva teórica, resultam da insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então, a interdisciplinaridade” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 88).

Segundo Barker e Beezer (1994 apud COSTA *et al.* 2003, p. 37), o projeto inicial dos Estudos Culturais britânicos foi o de “pensar as implicações da extensão do termo ‘cultura’ para que incluía atividades e significados das pessoas comuns, esses coletivos excluídos da participação na cultura quando é a definição elitista que a governa”. As relações entre as formas e práticas culturais, sociedade e estruturas sociais passariam a compor o eixo principal de pesquisa nos Estudos Culturais, dando ao Centro as bases de sua teorização e metodologia.

Na sua fase embrionária, que se inicia com os textos precursores aqui citados, os Estudos Culturais vão se fundamentar na relação com as iniciativas políticas, como também na relação com os diversos movimentos sociais e com as diversas disciplinas para a observação da “cultura popular”⁴. Até o final da década de 1970 e início dos anos 1980, fase de consolidação, os Estudos Culturais passam a se assentar na compreensão das relações entre poder, ideologia e resistência. De forma sintética, pode-se entender o *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da sua fase embrionária ao início dos anos 1980, com foco irradiador de uma produção teórica derivada de importações e adaptações de teorias

⁴ Nesta fase “os estudos culturais questionam a produção de hierarquias sociais e políticas a partir de oposições entre tradição e inovação, entre a grande arte e as culturas populares, ou, então, entre níveis de cultura – por exemplo, alta e baixa, cultura de elite e cultura de massa. A consequência natural desse debate é a revisão dos cânones estéticos ou mesmo de identidades regionais e nacionais que se apresentam como universais ao negarem ou encobrirem determinações de raça, gênero e classe” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 47).

diversas, como também divulgador de pesquisas bastante heterogêneas, decorrentes da pluralidade de referências teóricas, bem como, da diversidade de temática.

Nos anos 70 do século passado, o CCCS integrava criticamente contribuições teóricas diversas que iam desde o pós-estruturalismo francês (a linguística estrutural de Saussure (Saussure, 1960) e a semiótica social de Roland Barthes (Barthes, 1972), bem como a psicanálise de Lacan (Lacan, 1977) e o marxismo estrutural de Althusser (Althusser, 1969, 1971) e até Gramsci (Gramsci, 1968, 1971), sintetizando o paradigma estruturalista e o culturalista. (BAPTISTA, 2009, p. 455)

Já nos meados dos anos 1980 e anos 1990, fase de internacionalização dos Estudos Culturais, a agenda original desta tradição vai se transformando. Nesta fase os Estudos Culturais passam a dar ainda mais ênfase à ação social, à experiência, às especificidades e ao contexto, como também voz aos significados que se fazem “aqui e agora”, à luz das relações de identidade, tanto no âmbito global, como nacional, local e individual, produzindo, deste modo, uma teoria engajada nas diferenças culturais.

Retrocedendo às suas origens, os *Cultural Studies*, de uma forma geral, circunscreveram-se a interesses e temas ligados às subculturas, aos meios de comunicação de massa e à recepção e densidade dos consumos mediáticos, sobretudo da televisão, na formação do consenso e do conformismo político. Abarca, posteriormente, os modos de construção política e social, diferenças de gênero, questões que envolvem raças e etnias, novas modalidades de análise de comunicação social e identidades (fossem elas de classe, sexuais, geracionais, etnográficas e culturais). Temáticas estas, bastante investigadas nos últimos anos, e que deram origem a uma gama de resultados de grande relevância e qualidade, tanto dentro como fora da academia.

Com o tempo Birmingham absorve também novas questões, especialmente aquelas abordadas pelos pensadores franceses (Foucault, Certeau, Bourdieu, etc.), passando do estudo das comunidades – articulados como classes ou sub-culturas – para o estudo dos grupos étnicos e de mulheres, entre outros, absorvendo, deste modo, um contingente expressivo de antropólogos, sem entretanto abrir mão da criação de novos cruzamentos intelectuais e institucionais (HOLLANDA, 1996). Por fim, e mais recentemente, temáticas relacionadas com a contemporaneidade, como por exemplo: as novas tecnologias, a globalização, a força das migrações, o papel do estado-nação, a cultura nacional, o colonialismo e o pós-colonialismo. Tem sido ainda objetos de investigação a nova sociedade em rede, a crise ambiental global, choques civilizacionais e fenômenos de terrorismo, entre outras questões.

O DOMÍNIO INTELECTUAL INTERDISCIPLINAR

O *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham teve como base a cooperação entre diversas áreas do conhecimento, buscando estimular a investigação multidisciplinar. O campo dos Estudos Culturais vai se instituir como um desafio à construção de uma cultura de diálogo entre as diferentes disciplinas, como um domínio intelectual transdisciplinar, abrigando um conjunto de diversos investigadores e sugerindo múltiplas possibilidades de cruzamento, através do uso de paradigmas teóricos, metodológicos e estilísticos diversos (BAPTISTA, 2009).

Os Estudos Culturais também vão se caracterizar pela multiplicidade de objetos de investigação de origens acadêmicas e geográficas diversas, haja vista que este campo de estudos oferece um espaço no qual se pode pesquisar e refletir diferentes questões. De acordo com Graeme Turner (1990 apud ESCOSTEGUY 2010, p. 34), os Estudos Culturais são um caminho intelectual interdisciplinar onde certas preocupações e métodos se convergem. A vantagem dessa convergência é que ela nos possibilita entender fenômenos e relações que não são alcançáveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, uma área unificada.



Os Estudos Culturais não pretendem ser uma disciplina acadêmica no sentido tradicional, com contornos nitidamente delineados, um campo de produção de discursos com fronteiras balizadas. Ao contrário, o que os tem caracterizado é serem um conjunto de abordagens, problematizações e reflexões situadas na confluência de vários campos já estabelecidos, é buscarem inspiração em diferentes teorias, é romperem certas lógicas cristalizadas e hibridizarem concepções consagradas. (COSTA et al., 2003, p. 40)

Segundo os autores supracitados, os Estudos Culturais disseminaram-se nas Ciências Sociais, nas Humanidades, nas Artes e na Tecnologia, aportando-se nos mais variados campos e apropriando-se de teorias e metodologias da Filosofia, da Psicologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Linguística, da Crítica Literária, da Teoria da Arte, da Musicologia, entre outras disciplinas, para darem conta dos seus interesses e das suas preocupações, utilizando também da Etnografia, da Psicanálise, da Análise do Discurso e de tantos outros caminhos investigativos que são inventados para poderem compor seus objetos de estudo. Dos múltiplos investigadores que atuam nesta área destacam-se aqueles que são provenientes da Sociologia, Comunicação, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Geografia, História, Educação, Linguística, Estudos Literários, Estudos Fílmicos e Artes em geral. Não podemos deixar de destacar que apesar de os Estudos Culturais abarcam uma multiplicidade de investigadores e áreas onde o diálogo é estabelecido, quer a nível

metodológico quer teórico, está longe de ser caótico. Em complemento, Hall (2003) elucida:

Apesar do projeto dos Estudos Culturais se caracterizar pela abertura, não se pode reduzir a um pluralismo simplista. Sim, recusa-se a ser uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie. Sim, consiste num projeto aberto ao desconhecido, ao que não se consegue ainda nomear. Todavia, demonstra vontade em conectar-se; tem interesse em suas escolhas. [...] não podem consistir apenas em qualquer reivindicação que marcha sob uma bandeira particular. (p. 201)

Os Estudos Culturais, desde sua gênese, não correspondem a uma disciplina em particular, mas um campo que perpassa por diversos âmbitos, possibilitando combinações e interconexões de técnicas, métodos e posicionamentos teóricos, tornando-se um domínio de estudo que propõe a interdisciplinaridade. Neste sentido, Stuart Hall enfatiza a abordagem que abarca o denominado “ruído teórico”, a qual acompanha discursos, histórias, vínculos, relações e epistemologias variadas, criticando a ideia do “engessamento”, isto é, uma área de conhecimento fechada, hierarquizada e com princípios fixos, sem flexibilidades teóricas.

Um outro aspecto altamente positivo dos Estudos Culturais, segundo Ortiz (2004), é o fim das fronteiras tradicionalmente instituídas nos Departamentos e nas Universidades. Contudo, apesar deste campo de estudos ser caracterizado pela sua dimensão multidisciplinar, não podemos pensar a importância da multidisciplinaridade como algo igual à quebra das fronteiras, como também não podemos esquecer que as fronteiras são extremamente importantes para a produção de um saber mais autônomo e independentemente.

A multidisciplinaridade não é, pois, um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares), e é preciso, portanto, vinculá-la a uma questão anterior: em que medida ela favorece ou não uma realização mais adequada do próprio pensamento. Se os Estudos Culturais propõem uma solução multidisciplinar, não é menos certo que outras alternativas podem também ser exploradas, por exemplo, a transdisciplinaridade. Nesse caso, os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas como ponto de partida para uma “viagem” entre saberes compartimentados. (ORTIZ, 2004, p. 122)

Nos resta dizer que, se os Estudos Culturais, originalmente, são considerados uma invenção britânica, na atualidade este campo de estudos não se confina mais à Inglaterra, Europa ou EUA. Os Estudos Culturais transformaram-se, na sua forma contemporânea, num fenômeno de repercussão internacional.

O impulso e a inspiração próprios da investigação em Estudos Culturais espalharam-se para o Canadá, América Latina⁵, Austrália, Nova Zelândia, África e Ásia, tornando-se uma área de estudos transnacional. “Isto não significa, no entanto, que exista um corpo fixo de conceitos que pode ser transportado de um lugar para o outro e que opere de forma similar em contextos nacionais ou regionais diversos” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 87). Os Estudos Culturais diversificaram-se tanto em sua difusão que se pode dizer que sua variante britânica é apenas uma das suas variadas versões.

A partir da década de 1980 e 1990, segundo Baptista (2009), verifica-se, então, a institucionalização dos Estudos Culturais em diversas partes do mundo, com um desenvolvimento singular, colaborando para a implosão das fronteiras estabelecidas entre as diversas áreas disciplinares e estabelecendo departamentos, programas acadêmicos, centros de investigação, revistas e organizações profissionais.

Em consequência deste rápido e prodigioso desenvolvimento, os Estudos Culturais passaram a apresentar-se como uma prática intelectual dispersa, cujo único centro talvez tenha passado a ser o de procurar articular e fazer dialogar três nós problemáticos essenciais: cultura, teoria e ação cívica. Não obstante esta dimensão de fragmentação e pulverização, foi-se assistindo, paralelamente, ao nascimento dos Estudos Culturais como uma área mais circunscrita e institucionalizada, gozando de reconhecimento académico num número limitado, mas crescente, de países. (BAPTISTA, 2009, p. 454)



Em 2002 o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) - que foi, no entanto, transformado em *Department of Cultural Studies and Sociology* - encerra suas atividades, não obstante o crescente interesse pelos Estudos Culturais em todo o mundo.

OS ESTUDOS CULTURAIS E O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL

Nos últimos anos, os Estudos Culturais e departamentos de diversas universidades vêm realizando um trabalho que propõe confrontar as teorias hegemônicas com outras formas de conhecimento, língua e história, cujo propósito é desconstruir o imaginário marcado por uma colonização intelectual eurocêntrica, a partir de diferentes iniciativas como:

[...] as múltiplas vertentes da crítica feminista, o questionamento da história europeia como História Universal, o desentranhamento da

⁵ Em um primeiro momento, sem que se tenha utilizado a expressão “Estudos Culturais”, apareceu também na América Latina sob designações mais genéricas como: Comunicação; História Intelectual; Estudos Interdisciplinares; e Análise do Discurso.

natureza do *orientalismo*, a exigência de abrir as ciências sociais, as contribuições dos *estudos subalternos* da Índia, a produção de intelectuais africanos, etc. (LANDER, 2005, p. 8)

Como abordagem crítica voltada para os estudos pós-colonialistas, os Estudos Culturais apontam, particularmente, para os diversos paradigmas epistemológicos e metodológicos, que têm como instrumento de análise as relações de poder, o multiculturalismo, o interculturalismo e os efeitos homogeneizantes da globalização contemporânea.

No que diz respeito ao chamado multiculturalismo, foi no campo cultural que este conceito favoreceu cada vez mais a presença dos bens simbólicos periféricos junto à cultura de massa mundial. Diante disto, as diversidades e os bens culturais tornaram-se mesclados e visíveis em escala global, na mesma medida em que o pensamento pós-colonial se estabeleceu.

Prysthon (2004) esclarece ainda que este processo, assim como os movimentos de militâncias culturais libertários dos anos 1960 e 1970, conjuntamente com as estratégias de mercado transnacionais e as abordagens teóricas, de certo modo apontam para uma nova vertente mais focada na história, na cultura e numa ciência política e social mais humanizada, posição também reivindicada pelos Estudos Culturais.

Para Canclini (1990), o ideais da mundialização, da globalização e do hibridismo levaram o mercado cultural das massas e a academia a ultrapassarem as fronteiras, emergindo, como consequência, a descentralização dos conhecimentos, os quais antes eram sustentados pelos eixos euro-americanos. Desta descentralização surge o interesse cultural pelo “outro subalterno” (os colonizados, as mulheres, os negros, os homossexuais, os imigrantes, etc.). Logo, os estudos pós-coloniais, com abordagem multi-interdisciplinar, tentam refletir sobre questões de poder que se reproduzem nos diversos campos da vida social, dentro das esferas culturais, políticas, econômicas e epistêmicas.

Amplamente discutido nos Estudos Culturais, o termo *entre-lugar* pode ser entendido como o descentrar, deslocar e desconstruir a noção de estar numa posição subalterna. É reforçar a ideia da visibilidade, do espaço dos interstícios, cujos tradicionalismos pautados na lógica dualista e nos estereótipos são questionados, sendo oportuno reivindicar renegociações e rearticulações sociais da diferença. É o lugar onde os sujeitos híbridos são constituídos. Como complementa Bhabha (1998), o *entre-lugar* é o *locus* das transformações das vozes periféricas.

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationness*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. (BHABHA, 1998, p. 20)

De acordo com o autor, essas reivindicações ou embates culturais de descentramento do sujeito, seja por meio de antagonismos ou por aproximações, são negociações complexas, visto que as representações das diferenças não devem ser lidas apressadamente. Para conferir autoridade aos hibridismos culturais, a articulação social da minoria e das diversidades devem abandonar os discursos dominantes. A luta pelo poder entre grupos diversos abre um espaço interrogativo, afinal, o que é uma comunidade? Seja ela branca, negra, latina, mulçumana, mulheres, colonizados, etc.

O direito de expressão a partir da periferia do poder depende do reconhecimento das identidades minoritárias, as quais, apesar das histórias comuns de privação e discriminação, podem concorrer e dividir-se entre si, não sendo sempre colaborativas e dialógicas. Logo, a formação de sujeitos nos *entre-lugares* pode ser um processo conflituoso. Entende-se, então, que a ideia do conceito ainda está em construção (BHABHA, 1998).

O jogo das identidades que habita o *entre-lugar*, assim como o processo de identificação do sujeito pós-colonial, são categorias importantes para se pensar o hibridismo ressignificado, lançando o olhar para além da mera troca cultural, da assimilação e das diferenças culturais em direção às estratégias de resistência e reversão das estruturas de soberania (RIBEIRO & PRAZERES, 2015). Este pensamento nos remete para às concepções dos Estudos Culturais, onde as questões da identidade e das representações sociais são percebidas a partir de diferentes aspectos, mas, sobretudo, numa visão que diz respeito às relações de poder. De acordo com Santi & Santi (2008):

[...] as relações de poder passam a permear todos os níveis da existência e, portanto, funcionam em todos os pontos da vida social – tanto nas esferas privadas quanto nas esferas públicas. Assim, o poder não é apenas negativo, reprimindo o que busca controlar. Também é produtivo, atravessa e produz as coisas, induz prazer, formas de conhecimento, produz discursos. (SANTI & SANTI, 2008, p. 10)

A própria ideia de identidade e diversidade remete à reflexão acerca da desigual distribuição de poder nas sociedades modernas. Esta abordagem permite introduzir a questão do pós-colonialismo, em que o campo dos Estudos Culturais assume uma postura

política, reivindicatória e de intervenção, que busca abordar estratégias de modificação social.

ESTUDOS CULTURAIS E INTERCULTURALIDADE

No atual mundo contemporâneo, das sociedades e economias globalizadas, somos confrontados a todo momento por uma série de identidades diferenciadas, necessitando lidar com desafios e tensões culturais diárias, dentre elas o “aprender a conviver com a diversidade”, que se apresenta como uma problemática a assoberbar o cotidiano.

Em função da linha teórica e metodológica dos Estudos Culturais, tornou-se necessário também assumir a perspectiva da interculturalidade, voltada para a compreensão efetiva da inclusão social dos denominados grupos minoritários, a qual visa a criação de um ambiente de integração, de aprendizagens mútuas, de diálogo e de convivência com as diversidades.

O campo dos Estudos Culturais está intimamente ligado com o significado de interculturalidade, valendo elucidar, brevemente, o conceito de interculturalismo⁶ e suas ações. Segundo Martins (2008), esta corrente – interculturalista – é considerada mais abrangente do que a multicultural, sobretudo, por assumir a posição global de evitar conflitos culturais, como o racismo e a xenofobia. Para além disso, o modelo intercultural defende a plenitude dos direitos, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das diversidades culturais nas sociedades através da troca de conhecimentos e experiências, tendo como ponto de partida o diálogo, a reciprocidade, ações e práticas designadas aos indivíduos, grupos, organizações pertencentes e originárias de diversas etnias e culturas.

Consoante Miranda (1994), “o interculturalismo surge, então, como uma resposta para os problemas de comunicação e de inter-relação das nossas sociedades multiculturais e multilingues. É uma alternativa viável para promover o respeito pelas diferentes culturas que devem coexistir” (*Idem*, p. 19). Outrossim, a perspectiva intercultural busca articular políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento, cujo propósito é transformar as tensões e conflitos em encontros de solidariedade entre os diferentes grupos culturais.

Na sociedade em que vivemos, atravessada pela diferença, é fundamental a existência de práticas pedagógicas que favoreçam a coesão social, de forma que o “outro cultural” deixe de ser um problema. Para a construção de uma sociedade democrática é

⁶ O ideal teórico interculturalista surgiu em meados da década de setenta do século XX, em oposição ao multiculturalismo enquanto modelo de integração étnico cultural.

essencial que o diálogo intercultural mantenha a abertura diante das diferenças de gênero, étnicas, culturais, sociais, linguísticas, etc., na busca por aceitações positivas mútuas.

Segundo André (2012), o princípio da interculturalidade deve ser conduzido como um complemento às lutas pelo reconhecimento, cujo âmago supere a noção simplista de tolerância ou de uma visão benevolente de reciprocidade, pois o “outro” não é alguém que nobremente aceitamos. A experiência do reconhecimento mútuo busca um estado de paz, de aproximação, de troca de conhecimentos, do direito às diferenças, estabelecendo-se a interação no contexto de um efetivo interesse pelo “outro”. De acordo com o mesmo autor, na difícil e complexa existência cotidiana, as lutas pelo reconhecimento desenrolam-se num espaço conflituoso e de poder, sempre em contato com as distorções sobre a igualdade. Portanto, tal experiência deve ser entendida numa perspectiva de complementaridade às interações culturais, onde o respeito pelas alteridades seja promovido por meio dos modos de ser, estar, fazer e expressar.

A partir do momento em que o sujeito de direitos passa a ser visto em sua particularidade e peculiaridade, torna-se necessário buscarmos respostas específicas e diferenciadas aos problemas da contemporaneidade. Logo, o diálogo intercultural é considerado imprescindível nas sociedades plurais atuais.

Compreender esses dilemas, no mundo globalizado, implica concentrar-se em uma ampla e complexa discussão sobre o contexto de crises identitárias (HALL, 2006), onde encontramos no seu âmago a questão das diversidades, das mestiçagens, das migrações e etc. Assim, também é imprescindível pensar a educação a partir da perspectiva intercultural, não sendo interpretada como um apelo à tolerância ou à aceitação das diferenças. A identidade e a diferença são constantemente criadas, transformadas e atribuem sentido ao mundo, portanto, devem ser entendidas como processos de produção social (SILVA, 2000).

Centrada na educação para a democracia, a perspectiva intercultural visa o cruzamento de culturas em transformação numa sociedade de direitos iguais. Tal noção acaba por transformar-se em uma das principais “armas” contra o colonialismo contemporâneo, onde os saberes do cotidiano e advindos de uma sociedade pluricultural podem constituir a chave para a compreensão e construção epistemológica de saberes híbridos especializados. É a partir do conceito de cidadania inclusiva e participativa que se justifica a ideia de uma educação intercultural (CANDAUI, 2012).

Conforme a autora supracitada, o resgate dos processos de construção das identidades culturais, por meio das histórias de vida dos sujeitos e das diversas

comunidades, funciona como elemento fundamental para dar voz aos indivíduos e aos grupos de procedências distintas. Esta visibilidade, por sua vez, pode facilitar a aproximação, as experiências de interação e a integração dos grupos sociais minoritários.

O modo como um membro de uma cultura diferente pensa, fala, anda, olha ou decide não olhar o Outro pode influenciar as representações e a imagem que o seu interlocutor constrói não só desse membro como indivíduo, mas de todos os membros que pertencem à sua cultura. É nesta problemática, absolutamente vital para as relações humanas, que a competência intercultural adquire incontestada relevância não só no contexto educativo, mas em todo o tecido e organização social. (FAVA, 2012, p. 43)

Na atualidade as transformações sociais ocorrem em grande velocidade. Ao mesmo tempo são portadoras de novos problemas, dificuldades e novidades, não respeitam e nem reconhecem fronteiras, produzindo muitos impactos no cotidiano das sociedades (SOBRINHO, 2005). Partindo deste pressuposto, autores como Amâncio (1996) e Bonomo e Souza (2007), defendem a ideia da importância do contato entre grupos e culturas distintas, haja vista que a interculturalidade pode beneficiar o desenvolvimento dos grupos como uma forma de reduzir o etnocentrismo, a xenofobia, a falta de informação e a hostilidade relativamente às minorias e às diferenças.

Neste sentido, através dos Estudos Culturais, Stuart Hall (2006) desenvolveu e agregou ao sentido de identidade a ideia de cultura partilhada. Para o autor, essa noção deve ser entendida a partir da ótica da contemporaneidade, já que dentro das questões culturais e identitárias acumulam-se uma série de discussões sobre as problemáticas do cotidiano, em que são produzidas fortes críticas às ideias tradicionais e segregacionistas.

Essa postura visa colocar em prática o diálogo intercultural para que os indivíduos, em contato com as diversidades culturais de cada um, possam se comunicar eficazmente e com o mínimo de conflitualidade possível. A harmonia das interações sociais influencia diretamente o processo de construção dos conhecimentos sobre o “Outro”.

CONCLUSÃO

Conforme o texto apresentado, a pesquisa na área dos Estudos Culturais busca ocupar-se de investigações que revelam as particularidades, as questões do cotidiano e as interseccionalidades nos aspectos culturais da sociedade, ao tratar das mais variadas realidades humanas. O papel principal exercido pelos Estudos Culturais consiste em seu

compromisso cívico e político, com uma abordagem interventiva, que se interessa por estudar o mundo e as inquietações da *polis* (BAPTISTA, 2009).

Os Estudos Culturais têm se preocupado, principalmente, em integrar todos os assuntos que se “situam nas margens”, incluindo, em seu terreno de investigação, temáticas que articulem questões de gênero e sexualidade, identidade, etnia, relações de poder, culturas populares, de massas e subordinadas, etc. Além disso, busca responder aos problemas do cotidiano, funcionando como um espaço articulador e contaminador, que procura redefinir constantemente novos conceitos.

Tendo em vista esta liberdade temática e a multiplicidade de objetos de investigação, os Estudos Culturais também tentam contribuir com a consolidação do debate a respeito das representações, da produção de sentidos, dos fenômenos comunicacionais, das alteridades, da interculturalidade, dentre outros assuntos da contemporaneidade. Em grande medida, têm permitido uma abordagem diferenciada, que trata questões em torno do subjetivo e do sujeito, inaugurando, ao mesmo tempo, a noção de estudos da cultura enquanto prática, enfatizando a dimensão da pluralidade dos modos de vida vigentes em tempos de globalização. Bogdan e Biklen (1994), destacam que:



[...] em primeiro lugar, a perspectiva dos Estudos Culturais insiste que todas as relações sociais são influenciadas por relações de poder, que devem ser entendidas mediante a análise das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias situações. Em segundo lugar, defendem que toda a investigação se baseia numa perspectiva teórica do comportamento humano e social. (p. 61)

Neste domínio, a teoria está sempre implicada no trabalho empírico, ocupando um lugar determinante para construir um discurso reflexivo, profundo e rigoroso sobre as diversas formas de pensar o mundo. As pesquisas nesta área tendem a ser predominantemente de natureza qualitativa, revelando estudos que visam redefinir, repensar e desmistificar ideias e conclusões já estabelecidas. Sendo assim, pretende-se de forma crítica, construir um conhecimento com relevância sociocultural, bem como compreender o significado mais complexo dos discursos, das naturalizações e dos conflitos, com o propósito de garantir o rigor e a qualidade da investigação e dos resultados nesta área (BAPTISTA, 2009). É a partir deste campo conceitual – dos Estudos Culturais – que múltiplos estudiosos buscam inspirações teóricas para refletir criticamente sobre a lógica dualista ou de oposições binárias (nós/eles, hegemônico/subalterno, nacional/não-nacional, brancos/negros, local/global, colonialismo/pós-colonialismo, etc) e, conseqüentemente, face à ruptura dos ideais cristalizados e preestabelecidos.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- ANDRÉ, J. M. **Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião**. Coimbra: Palimage, 2012.
- BAPTISTA, M. M. **Cultura: Metodologias e investigação**. Cultura Portuguesa – Declinações Latino-Americanas, nº 3, (Ed.) Maria Manuel Baptista. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009.
- BAPTISTA, M. M. Estudos culturais: O quê e o como da investigação. **Revista da Universidade de Aveiro**, Aveiro. Nº especial, p. 451-461, 2009.
- BHABHA, H. K. **O local da Cultura** (M. Ávila, E. L. d. L. Reis & G. R. Gonçalves, Trans.). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.
- BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação uma introdução à teoria e aos métodos** (M. J. Alvarez, S. B. d. Santos & T. M. Baptista, Trans.). Porto: Porto Editora, 1994.
- BONONO, M., & SOUZA, L. d. Processos identitários e representações sociais em um cenário político conflituoso: quando os bezerras e os caranguejos se enfrentam. **V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais**, Brasília, 2007.
- CANCLINI, G. N. **Culturas Híbridas estrategias para entrar y salir de la modernidad**. México: Editorial Grijalbo, 1990.
- CANDAU, V. M. F. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educ. Soc.** V. 33, nº 118, p. 235-250, 2012.
- COSTA, M. V., SILVEIRA, R. H. & SOMMER, L. H. (2003). Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23, p. 36-61.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 9, p. 87-97, 1998.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografia dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana**. (Ed.) On-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FAVA, F. D. M. A Lusofonia e a Competência Intercultural na Aula de Português Língua Estrangeira. *Mestrado*, Universidade do Porto, Porto, 2012.
- HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade** (11ª ed.). Rio de Janeiro: DPN&A editora, 2006.
- HOLLANDA, H. B. Estudos Culturais na Academia. In: **Seminário Trocas Culturais da Era da Globalização**. Rio de Janeiro, 1996.
- JOHNSON, R., ESCOSTEGUY, A. C., & SCHULMAN, N. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos (C. W. Porto-Gonçalves, Trans.). In E. Lander (Ed.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

MARTINS, A. S. **A escola e a escolarização em Portugal - Representações dos Imigrantes da Europa do Leste.** (Editorial do Ministério da Educação ed.). Lisboa: Alto Comissariado para imigração e diálogo intercultural, 2008.

MARTINS, J. L. Os Estudos Culturais como novas humanidades. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 03, nº 1, p. 341-361, 2015.

MIRANDA, M. d. N. S. C. Diferença, caminho para a igualdade: Um contributo para o estudo da minoria cigana em escolas do 1º ciclo do ensino básico da zona do Porto. **Mestrado.** Universidade de Aveiro, Aveiro, 1994.

ORTIZ, R. Estudos Culturais. **Tempo Social.** Universidade de São Paulo – USP, p. 119-127, 2004.

PRYSTHON, A. Estudos Culturais: uma (in) disciplina. **Revista Comunicação e Espaço Público.** Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação. Brasília, nº 1 e 2, p. 134-14, 2003.

PRYSTHON, A. Interceções da Teoria Crítica Contemporânea: Estudos Culturais, Pós-Colonialismo e Comunicação. **Eco-Pós**, v. 2, nº 2, 2004.

RIBEIRO, M. A. & PRAZERES, L. G. L. A produção da subalternidade sob a ótica Pós-colonial (e descolonial): algumas leituras. **Temáticas**, p. 25-52, 2015.

SANTI, H. C., & SANTI, V. J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação.** Ed. 1, 2008.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: T. T. Silva (Ed.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

SOBRINHO, J. D. **Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado:** Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, 2005.

RECEBIDO EM: 05/04/2021
PARECER DADO EM: 12/05/2021